

**A EXPRESSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PORTUGUÊS EUROPEU:  
UMA ANÁLISE NOS MEIOS DE DIVULGAÇÃO MIDIÁTICOS DE  
PORTUGAL**

Nadja Paulino PESSOA<sup>1</sup>

**RESUMO:** No presente trabalho, pretendemos descrever e analisar os fatores condicionantes para o uso da expressão “ter que/ ter de” em relação ao modal “dever”, no discurso midiático difundido no rádio e na televisão, em Portugal. Para isso, utilizamos o *corpus* REDIP, constituído pelo ILTEC, uma vez que, devido à orientação de base funcionalista, a análise se faz a partir de ocorrências da língua em uso, especificamente do português europeu.

**PALAVRAS-CHAVE:** funcionalismo; modalidade deôntica; obrigação, discurso midiático; português europeu.

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Para a Sociolinguística Quantitativa, a língua é vista como “um objeto constituído de heterogeneidade ordenada”. Esse sistema heterogêneo pode ser compreendido como “conjunto de subsistemas que alternam de acordo com um conjunto de regras co-ocorrentes” (WEIREICH, LABOV e HERZOG, 2006, p. 108). Assim de modo a dar conta da variação do sistema, esses estudiosos sentiram a necessidade de estabelecer um novo conceito: a variável linguística. Para eles, essa variável seria um elemento do sistema controlado por uma única regra.

Conforme Guy e Zilles (2007, p, 51), uma “regra variável” é uma regra de

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus Sobral*. Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Departamento de Letras Vernáculas, Avenida da Universidade, 2683 - Benfica - CEP 60020-181, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: nadjapp@yahoo.com.br.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

reescrita sensível o contexto que relaciona um par de variantes como  $x \rightarrow \langle y \rangle$ , de modo que, quando a regra se aplica, ocorre “y” e, quando não se aplica, ocorre “x”. Cada uma das dimensões analíticas do contexto que determina se a regra se aplica ou não é chamada de “grupo de fatores”.”. Considerando essa abordagem, objetivamos descrever e analisar os fatores condicionantes para o uso do verbo modal “dever” e da expressão “ter que/ ter de”, no discurso midiático difundido no rádio e na televisão, em Portugal.

Vale ressaltar que essas expressões linguísticas se prestam à manifestação da categoria modalidade deôntica, um tipo da modalidade linguística, que, por sua vez, é entendida como o modo pelo qual o falante qualifica o enunciado por ele produzido, ou seja, é o julgamento do falante sobre as possibilidades ou obrigações envolvidas naquilo que está sendo dito. Assim, tendo em vista nosso objetivo, dividimos este trabalho em três partes. Na primeira, versaremos acerca da modalidade deôntica, dos valores e dos tipos de alvos deônticos, bem como da relação entre essa categoria e o tempo verbal. Na segunda parte, trataremos da metodologia da pesquisa. Por último, procederemos à análise e discussão dos resultados.

### **MODALIDADE DEÔNTICA**

O termo *deôntico* refere à lógica da obrigação e da permissão (LYONS, 1977). Assim, essa categoria está relacionada à necessidade ou à possibilidade dos atos realizados por agentes moralmente responsáveis, o que implica alguma espécie de controle humano intrínsecos dos eventos, como esclarece Neves (1996). No que tange

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

aos valores instaurados, Leite (2002) diz que a modalidade deôntica corresponde aos predicados cujos valores modais são *obrigatório, proibido e permitido*.

As sentenças modalizadas deonticamente apresentam, segundo Lyons (1977), algumas características: (i) descrição de um estado-de-coisas (EC) que será obtido, caso o ato seja realizado, em algum tempo (ou mundo) futuro; (ii) ligação intrínseca com a noção de *futuridade*, pois, ao impor algo a alguém, a execução do ato será futura, seja próxima ou não, já que não podemos impor que alguém realize um ato no passado; (iii) o (re)conhecimento de uma *fonte* (pessoa ou instituição) que a instaura ou cria uma necessidade ou possibilidade que recai sobre o *alvo deôntico*.

No que se refere ao alvo deôntico, Lyons (1977) explica que ele pode ser um *indivíduo* ou uma *instituição*. Entretanto, essa dicotomia não é suficiente quando se procede à análise dos dados, de tal forma que, em muitos casos, não é possível identificar sobre quem recaem tais valores. Desse modo, Pessoa (2007) viu a necessidade de inserção de mais um tipo de alvo, a qual ela denominou *alvo não-especificado*, o qual também levaremos em consideração na nossa análise.

Enquanto categoria linguística, ela pode ser expressa por verbos auxiliares (*poder, dever, precisar, necessitar*) e plenos (*permitir, obrigar, deixar*), adjetivos em posição predicativa (*é preciso, é necessário, é obrigatório*), substantivos (*obrigação, proibição, sugestão*) e advérbios (*obrigatoriamente, necessariamente*), os quais podem coocorrer num mesmo enunciado. A nossa análise visa, portanto, descrever e analisar a variação entre “dever” e “ter que/ ter de”, na expressão da obrigação em português europeu.

A categoria modalidade está mais frequentemente relacionada à categoria de tempo (passado, presente e futuro), uma vez que ambas são mais comumente marcadas por alguma flexão verbal. Em alguns casos, a escolha por determinado tempo verbal

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

serve como um meio de expressão da modalidade ou, ainda, tem a função de asseverar ou atenuar a força ilocucionária de um modalizador, como observa Silva-Corvalán (1995), ao analisar as condições de interpretação para os verbos modais “poder” e “deber” em Espanhol.

A autora mostra que morfologia verbal contribui para que uma proposição seja interpretada como mais ou menos assertiva (escala de assertividade), o que significa dizer que há uma relação entre modalidade e outras categorias verbais, como tempo, modo e aspecto.

Os tempos presente e pretérito do indicativo, indicativos de factualidade, conferem à proposição um carácter mais assertivo, enquanto que os tempos condicional (futuro do pretérito) e imperfeito do subjuntivo estariam no outro extremo da escala, indicando uma proposição mais hipotética e menos assertiva. Quanto ao tempo futuro, Palmer (1986) esclarece que grande parte das formas que aparecem nesse tempo tem significado modal.

### **METODOLOGIA**

A necessidade de um corpus representativo do português europeu (PE), mais especificamente aquele utilizado nos meios de comunicação, justifica-se pela necessidade de verificar a variação, do ponto de vista sincrónico, da expressão da obrigação. Além disso, ao adotarmos uma orientação sócio-funcionalista, a análise só se faz possível se partirmos de ocorrências reais de uso.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

Sendo assim, recorreremos ao corpus Redip<sup>2</sup> (Rede de Difusão Internacional do Português: rádio, televisão e imprensa). O Redip está composto por amostras de língua oral e escrita a partir dos meios de comunicação, distribuídas em seis temas: economia, atualidade, opinião, ciência, desporto e cultura, o que totaliza 330.000 palavras, conforme esclarecem Ramilo e Freitas (2002).

Levando em consideração nosso objetivo, procedemos à delimitação desse corpus, de modo que, na nossa análise, deter-nos-emos somente nos meios de difusão via rádio e televisão. Vimos ainda a necessidade de delimitar o assunto, o que nos fez excluir o tema “ciência”, uma vez que nos parece ser pouco provável a ocorrência de tais modalizadores nesse contexto.

No quadro abaixo, é possível visualizar o total de palavras por tema e por meio de difusão:

<b>TEMA</b>	<b>TELEVISÃO</b>	<b>RÁDIO</b>
Cultura	18.000	18.000
Desporto	18.000	18.000
Atualidade	18.000	18.000
Economia	18.000	18.000
Opinião	18.000	18.000

Quadro 1: Quantidade de palavras por meio de difusão e tema

Salientamos que, apesar de a quantidade de programas ser diferente em um ou outro tema, o *corpus* possui a mesma quantidade de palavras tendo em vista os temas e os meios de difusão.

Após a delimitação do *corpus*, procedemos à análise de cada ocorrência tendo em vista os fatores que possivelmente condicionam a variação entre “dever” e “ter que/ter

---

<sup>2</sup> O Redip está disponível no site do ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Aplicada): [www.iltec.pt](http://www.iltec.pt)  
Agradeço ao ILTEC, na pessoa de Tiago Freitas, por ter disponibilizado o *corpus* completo do REDIP para esta pesquisa, bem como para a análise da Tese de doutorado que desenvolvo atualmente.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

de”.

A análise dos dados se dá de dois modos: (i) quantitativa, por meio da utilização do Varbrul, e (ii) qualitativa, com base no pressupostos da Sociolinguística Quantitativa e do Funcionalismo.

A fim de que pudéssemos empreender uma análise quantitativamente adequada da expressão da obrigação em português europeu, optamos pelo uso do pacote computacional Varbrul, uma vez que este fornece resultados percentuais precisos ao pesquisador, o que ajudará na análise qualitativa da regra variável pesquisada.

Como nosso objeto de estudo constitui um fenômeno linguístico variável, tal como define a Teoria da Variação ou a Sociologia Quantitativa, é possível utilizar tal pacote no que se refere à verificação de frequência e ao cruzamento das variáveis que estabelecemos como pertinentes à interpretação do valor deôntico de obrigação.

Neste trabalho, estabelecemos como regra variável a expressão de obrigação por meio do verbo “dever” (d) e da expressão “ter que/ter de” (t). Além disso, estabelecemos quatro grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos (ou discursivos), que possivelmente condicionam o uso desses modalizadores, a saber: (i) meio de difusão, (ii) tema do texto, (iii) tempo verbal<sup>3</sup> e (iv) alvo deôntico.

Quanto ao meio de difusão, optamos nessa análise pelo rádio (r) e pela televisão (v), tendo em vista que esses meios atingem inclusive ao público iletrado.

No que tange ao tema, o Redip dispõe de um corpus organizado em torno de seis temas. Entretanto, restringimos nossa pesquisa a cinco, a saber: economia (e), desporto (d), cultura (c), atualidade (a) e opinião (o).

Ao analisar o tempo verbal que está associado ao modalizador deôntico, levamos

---

<sup>3</sup> Para a análise da categoria tempo, consideramos a manifestação gramatical no paradigma dos verbos.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

em consideração à forma em que esse modalizador se apresenta, pois isto está, de certa forma, relacionado aos efeitos de sentidos que se cria no discurso em questão. Assim, analisamos os seguintes tempos: pretérito perfeito (p), pretérito imperfeito (j), presente (s), futuro do pretérito (r) e futuro do presente (f).

Por fim, ao analisarmos o tipo de alvo, recorremos aos estabelecidos por Pessoa (2007). Desse modo, temos: indivíduo (i), instituição (s) e não-especificado (n).

Visando à criação do arquivo de dados (midia.dat), para rotação do programa computacional Varbrul<sup>4</sup>, cada variável e cada fator recebeu uma codificação. Assim, para cada ocorrência encontrada no corpus, há uma cadeia de códigos, como em [1]:

[1] sim, ele tem de ser feito por medida, portanto, as pessoas têm de se disponibilizar pelo menos três vezes para o vestido (...) todos os ajustes, porque o traje, eh, segundo a palavra tem que ser bem... bem, eh, tem que ter uma boa expressão. (Tardes de Telefonia/ Rádio/ Cultura)<sup>5</sup>

Nessa ocorrência, o primeiro código (t) se refere à variável “ter que/ter de”. O “r” diz respeito ao meio de difusão, que é o rádio. Em seguida, temos o tema, representado pela letra “c”, pois se trata de cultura. Temos ainda o tempo verbal, que é presente (s) e o tipo de alvo, que é o indivíduo (i). Feitas essas considerações, procederemos à análise dos dados, obtidos com base no programa já mencionado.

---

4 O pacote VARBRUL, criado por David Sankoff com a finalidade de servir aos estudos de fenômenos linguísticos variáveis, está composto por dez programas, a saber: Checktok, Readtok, Makecell, Crostab, Mvarb, Tvarb, Ivarb, Tsort, Textsort e Countup (MESQUITA, 1999).

5 A identificação da ocorrência se faz da seguinte forma: nome do programa, meio de difusão e tema.

## RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

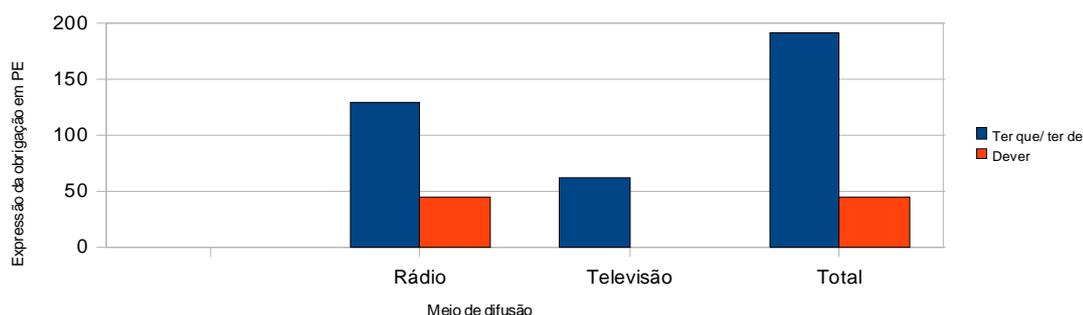
A primeira parte da análise se deu ao codificarmos cada ocorrência segundo os critérios estabelecidos, o que já constitui uma parte da análise qualitativa.

Após o uso do Checktok e do Readtok, passamos ao uso do Makecell, que “pressupõe a elaboração de um arquivo de condições, que consiste em explicitar que grupos de fatores serão considerados na rodada em questão.”(GUY & ZILLES, 2007, p. 150). Nessa parte da pesquisa, estabelecemos como aplicação da regra a variante “ter que/ter de” da nossa variável binária, a partir da qual ele nos forneceu os percentuais para cada fator.

Constatamos, então, que havia dois nocautes: um relacionado ao meio de divulgação e à não-aplicação da regra, ou seja, ao modal “dever”, e outro relacionado ao tempo pretérito perfeito para o modal “dever” também. Um nocaute é, segundo Guy e Zilles (2007, p. 158), “um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente.”.

Apesar de ter havido nocaute no que tange à inter-relação entre as variantes e o grupo de fator “meio de divulgação”, pareceu-nos pertinente discutir brevemente esse fato.

O gráfico 1 nos mostra a relação entre o meio de difusão e o tipo de variante:



## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

### Gráfico 1: Expressão da obrigação em PE em relação ao meio de difusão

Ao estabelecermos o grupo de fator “meio de difusão”, esperávamos que houvesse certa variação no uso dessas expressões, relacionada a fatores pragmáticos de cada meio de divulgação. Entretanto, como vemos, o modal “dever” só se fez presente nos textos divulgados em rádio, enquanto que a expressão “ter que/ter de” aparece nos dois meios de divulgação, mas com maior frequência no rádio, o que corresponde a 74% dos casos nesse meio.

A inexistência de ocorrências do “dever” em textos divulgados em televisão parece-nos, estar relacionado ao fato de que os textos são previamente escritos para serem lidos, até com o recurso do *teleprompt*. Dessa forma, eles são escritos tendo em vista norma culta padrão, ao contrário do que ocorre no rádio, em que os participantes estão mais “livres”, ou melhor, a fala é mais espontânea, menos controlada. Além disso, a expressão “ter que/ter de” instaura uma obrigação mais forte que o “dever”, o que em parte justifique sua maior frequência, o que totaliza 81% das 235 ocorrências encontradas no *corpus*. Vale ressaltar ainda que o falante dispõe dos recursos gestuais e paralinguísticos (entonação) que podem mitigar o valor da obrigação instaurada pelo uso da expressão “ter que/ter de”, quando meio de difusão é a televisão, o que não ocorre em parte no rádio, já que ele não dispõe de recursos visuais.

No que se aos tempos verbais, nenhuma ocorrência do verbo “dever” estava relacionada ao pretérito perfeito, o que ocasionou um outro nocaute.

Esse é dado interessante, pois parece apontar para o fato de esse modal ao ser combinado ao pretérito perfeito, em PE, não se presta à instauração de obrigações, o que mostra que a gramaticalização dessa forma ainda não iniciou. Vale ainda ressaltar que,

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

como a modalidade deôntica está relacionada à futuridade, marcas gramaticais que expressam tempo acabado parecem ser incompatíveis com os traços semânticos dessa categoria, quando expressa pelo “dever”.

Feitas estas considerações iniciais, tivemos que fazer algumas alterações a fim de que outro programa do pacote pudesse ser rodado. Assim, procedemos da seguinte forma: a) Eliminação do grupo de fator meio de divulgação, uma vez que não nos parecia cabível amalgamar rádio e televisão; b) Amalgamação de fatores no que se refere ao tempo verbal.

Segundo Guy e Zilles (2007, p. 188), a decisão de amalgamar fatores deve ser feita levando em consideração uma justificativa teórica e quantitativa. “A justificativa teórica é que os fatores a ser combinados têm uma semelhança linguística ou social, e a junção dos dois constitui uma supercategoria racional”. Desse modo, os tempos que fazem referência ao passado (pretérito perfeito e pretérito imperfeito) passaram a ser vistos como um único conjunto. Como resultado dessa amalgamação, o grupo de fatores apresenta então quatro fatores e não cinco, como prevíamos anteriormente.

Feitas estas discussões iniciais e (re)estabelecidos os critérios de análise, passaremos à análise de cada grupo de fator, como base na rodagem do Ivarb. Esse programa do pacote nos fornece a significância de grupos de fatores, por meio do procedimento *step-up/step-down*.

Na nossa análise, os grupos foram selecionados na seguinte ordem de significância: (i) tema do texto, (ii) tempo verbal. Quanto ao grupo do alvo, o programa selecionou para ser retirado do *step-down*.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

### **Tema do texto**

Como vimos, o programa selecionou o grupo de fator “tema do texto” para ser adicionado no *step-up*, uma vez que estatisticamente ele se mostrou significativo. Daí que, além das porcentagens, a tabela mostra o valor do peso de cada um dos tempos verbais.

De acordo com Guy e Zilles (2007, p. 212), o peso fornece ao pesquisador “a quantificação do efeito expresso em termos padronizados, em relação a um valor estandardizado – o ponto neutro de 0,50.”. Assim, para os pesos inferiores ao ponto neutro, podemos interpretar que o efeito não favorece o uso da variante, enquanto que os valores superiores ao ponto neutro favorecem o uso da variante tratada como aplicação.

No que se refere ao tema, podemos perceber que três deles ficaram acima do ponto neutro, conforme a tabela 1:

<b>Tema</b>	<b>Aplicação/ total</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Peso relativo</b>
Cultura	36/39	92%	.71
Economia	39/52	75%	.38
Opinião	37/52	69%	<b>.31</b>
Atualidade	26/28	93%	<b>.73</b>
Desporte	52/62	81%	.52

Tabela 1: “Ter que/ter de” *versus* “dever” em relação ao tema do texto

Vemos que, enquanto os temas “cultura” e “atualidade” apresentam pesos muito superiores a 0,50, o que nos leva a dizer que esses contexto são os mais propícios a

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

instauração de obrigação por meio do valor da aplicação (t). Tal fato contraria nossas expectativas, pois acreditávamos que essa expressão ocorresse com maior frequência em temas opinativos, uma vez que o falante pode expressar seus julgamentos.

O tema “atualidade” foi o que mais se destacou em relação aos demais, pois apresenta um peso de 0,73. Se observarmos também a porcentagem deste tema (93%), veremos que há uma concordância entre os dados.

Em [2], temos um exemplo em que a variante de aplicação é usada em um tema de atualidade:

[2] a ideia de baixar os preços agrada a quase toda a gente. a edp é a exceção, e percebe-se porquê. com preços mais baixos, **terá que** encontrar outras formas para compensar uma previsível descida das receitas, aliás na sequência de uma notícia de sábado do jornal expresso, que indicava uma descida de dez por cento nas tarifas, as acções da edp cairiam hoje, na bolsa de li ... (Jornal da Noite/ Televisão/Atualidade)<sup>6</sup>

Como podemos ver, a obrigação recai sobre uma instituição: a EDP. Ao fazermos o cruzamento dos grupos de fatores “tema” e “alvo”, percebemos que, o alvo sobre o qual mais recai o valor deôntico, no tema em questão, é a instituição.

Acreditamos que o favorecimento desse tema, no que tange ao uso de “ter que/ ter de”, está relacionado ao fato de que os assuntos tratados estão mais salientes na memória do falante e podem ter repercussões para a vida da população, como é o caso do equacionamento da descida dos preços e receita de uma empresa.

O tema “cultura” também se mostrou favorável à ocorrência para o valor de aplicação (t), como podemos ver em [3]:

[3] exacto e o corpo essencialmente tem... a pessoa **tem que** ter essencialmente uma boa

---

6 Não fizemos nenhuma alteração na ortografia do *corpus*.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

postura e o traje tem que ser bem lido na pessoa e que por tal tem de ser bastante justo. (Tardes de Telefonia/Rádio/Cultura)

Em [3], a obrigação instaurada recai sobre um indivíduo genérico e definido (a pessoa). O falante trata de questões relacionadas à postura, aos modos de vestir e à disponibilidade do comprador para ir fazer ajustes nas roupas, o que está relacionado ao modo de vida dos europeus, provavelmente. Vale salientar ainda que esse tipo de alvo (indivíduo) foi o que mais ocorreu para esse tema, segundo a tabulação do Crosstab.

No que tange ao “desporte”, podemos considerá-lo um ponto neutro, pois o peso desse tema está muito próximo de 0,50. Os temas “economia” e “opinião” obtiveram os menores pesos, respectivamente: 0,38 e 0,32. Entretanto no que se refere à porcentagem, eles apresentaram um valor superior a 60%. Isso nos mostra que variante (t) é desfavorecida em contextos que versam sobre esses dois temas. E mais ainda se estiver relacionada ao tema opinião.

Percebemos ainda que das 39 ocorrências relacionadas à “economia”, 20 têm como alvo a instituição, o que está, de alguma forma, relacionada ao poder que as instituições têm para modificar o setor financeiro e econômico de uma nação. Vejamos:

[4] ... mas também de toda a política económica e, por decorrência, das próprias, eh, políticas sociais, porque a partir do momento em que ficamos dependentes, eh, daquilo que é decidido fora do país a nível supranacional, todas as outras políticas **terão de** se submeter a essa... a essa exigência e a essa definição. eh, por outro lado, julgo que no dia-a-dia dos portugueses os efeitos que se poderão vir a sentir serão, eh, fundamentalmente, eh, as consequências que poderão advir, eh, quando tiv ... (Noticiário/ Rádio/ Economia)

Em [4], a obrigação se instaura por forças externas, tais como, a exigência de medidas econômicas advindas de decisões internacionais.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

Relacionando o tema ao alvo, obtivemos que o alvo sobre o qual mais recai a obrigação, em textos de “opinião”, é o tipo indivíduo, com 19 ocorrências das 37 ocorrências totais da expressão “ter que/ ter de”. Nesses dois tipos de textos, parece haver um favorecimento para o uso do modal “dever”, como em [5]:

[5] ... bocadinho que tudo aquilo está a acontecer a uma pessoa humana que eles têm ali metida, num aparelho, metida numa coisa, admito isso, admito que isso possa acontecer. mas na clínica geral não. o médico de família é essencialmente aquele que **deve** obter o consentimento informado do doente para o tratamento, é o médico de família! (Nós e os outros/Rádio/Opinião)

Essa ocorrência, retirado de um texto produzido pra o rádio, exemplifica o uso do modal “dever” em textos de opinião, que pode estar relacionado à mitigação do valor instaurado, a fim de preservar as faces do falante e do alvo, o médico da família.

Tendo em vista essas considerações, parece ser possível estabelecer uma escala em que o tema poderia estar relacionado intimamente relacionado à ocorrência da expressão “ter que/ ter de”. Vejamos:



Figura 1: Escala de favorecimento de uso de “ter que/ter de”

Assim, o tema “opinião” seria o que apresenta menor relação de favorecimento, enquanto que o tema atualidade apresentaria maior relação de favorecimento para a instauração de obrigação, expressa pela variante (t).

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

### **Tempo verbal**

Assim como o grupo de fator “tema do texto”, o grupo relacionado ao tempo verbal foi considerado significativo, mas em segundo lugar. No que se refere ao tempo verbal, podemos perceber que dois deles ficaram acima do ponto neutro, conforme a tabela 2:

<b>Tempo verbal</b>	<b>Aplicação/ total</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Peso relativo</b>
Presente	127/158	80%	.48
Futuro do presente	17/20	85%	.59
Futuro do pretérito	5/11	45%	.15
Pretérito perfeito/imperfeito	41/46	89%	.62

Tabela 2: “Ter que/ter de” *versus* “dever” em relação ao tempo verbal

Como podemos observar, o futuro não favorece, do ponto de vista estatístico, o uso da variante “ter que/ter de”, uma vez que o peso para este fator foi de apenas 0,15. Salientamos, entretanto, que o uso desse tempo assevera a força imposta pelo modal, contrariamente ao que diz Silva-Corvalán (1995). Além disso, deixa entrever o juízo que o falante fez da situação, como em [6]:

[6] ... rrupção que muitas vezes os agentes... os agentes da brigada de trânsito se deixam levar, porque eu tive um acidente há dois anos em que desfiz um carro, em que ele não podia circular pelos seus próprios meios e como diz a lei os documentos **teriam que** ficar apreendidos para... para... depois o carro ser vistoriado pela direcção geral e eu com... com... e eu não mas alguém responsável pela viatura conseguiu ludibriar os agentes e com algumas notas de cinco contos no... no bolso dos agente ... (Fórum TSF/Rádio/ Opinião)

Nesse caso, o falante usa essa forma para chamar a atenção para o descumprimento da lei por parte dos agentes. O uso desse tempo confere ao enunciado um carácter de crítica, já que, por fazer referência a um futuro em relação à ação do

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>o</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

agente e ter uma perspectiva de passado em relação ao momento da enunciação, ação predicada poderia ter sido evitada.

O tempo presente, por sua vez, pode ser considerado o ponto neutro, pois está muito próximo de 0.5, o que contraria nossa hipótese, uma que pensávamos que esse tempo tivesse maior influência sobre a variação. Parece que esse fato está relacionado ao fato de que o presente serve para expressar aquilo que é universal, a lei, o normal, conferindo um caráter mais geral ao enunciado, conforme esclarecem Perelman e Olbrechts-Tytecal (1996, p.181). Além disso, quanto à aspectualidade, o presente é uma forma não-marcada, o que confere um caráter atemporal ao enunciado, como ocorre em [7]:

[7] ... a... para todas as pessoas verem, eh, de onde vem a animação, não é, para... para esses filmes de publicidade para além disso temos também uma mostra de... dos projectos portugueses de cinema de animação, isto sempre naquela preocupação que **temos que** valorizar aquilo que é nosso (Tardes de Telefonia/Rádio/Cultura)

A expressão, conjugada na 1<sup>a</sup>. pessoa do plural, instaura uma obrigação que recai sobre o próprio falante e sobre os demais integrantes da nação lusitana que fazem parte de projetos de cinema, o que nos fez considerar esse alvo como do tipo instituição, ou seja, produtoras portuguesas de cinema de animação. Como podemos observar o predicado modalizado (valorizar) é tido como uma constante para os portugueses, o que possivelmente condiciona o uso do tempo presente.

Dentre os que apresentaram maior peso, temos o futuro do presente e o amálgama pretérito perfeito e imperfeito. Como já dissemos, o futuro está diretamente relacionado à modalidade deôntica, pois as ações terão lugar no momento posterior ao da enunciação. Além disso, o uso de tempo serve para asseverar ainda mais a força da

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

obrigação imposta pela variante em questão, como em [8]:

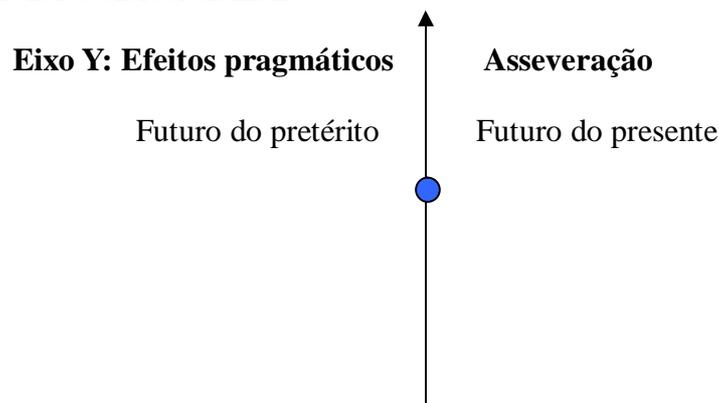
[8] e o médico **terá que** cumprir se o doente lhe disser que não quer saber mas para...  
(Nós e os outros/ Rádio/ Opinião)

Em relação ao amálgama (pretérito perfeito e imperfeito), os dados mostram que esse contexto é o mais favorável à variante “ter que/ ter de”. Parece-nos que isso se deve ao fato de que o imperfeito serve como uma mitigação do valor de obrigação, como esclarece Silva-Corvalán (1995). Vejamos:

[9] há bastante tempo, não é de agora, em sucessivas alterações de estatutos, e fiquei sozinho algumas vezes, que eu entendi que na a... na administração da arbitragem **tinha que** haver uma forte componente de antigos técnicos de arbitragem. e de tal forma é isso... que hoje felizmente está vertido nos estatutos. (Livre e Directo/ Rádio/Desporto)

Associação do pretérito imperfeito confere ao enunciado um relativo grau de assertividade, o que pode ser inferido dos graus de hipoteticabilidade<sup>7</sup>. Além disso, esse tempo nos dá a ideia de que o curso da ação ainda não se extinguiu, podendo ainda ser alterado pelo alvo deôntico.

Considerando o tempo verbal e os efeitos pragmáticos de mitigação e asseveração do valor deôntico de obrigação instaurado pela variante da aplicação, parece-nos possível “equacionar o entrecruzamento”<sup>8</sup>:



7 Cf. Silva-  
8 Essa ideia  
relacionada  
propomos e

la autora está  
ente do que

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

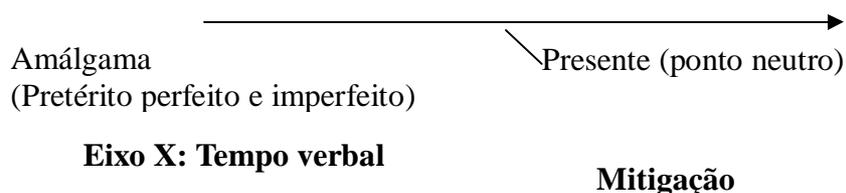


Figura 2: Tempo verbal *versus* efeitos pragmáticos

Findas as considerações sobre o tempo verbal, discutiremos o grupo de fator “alvo deôntico”.

### **Alvo deôntico**

O grupo de fator “alvo deôntico” foi selecionado para ser retirado do *step-down*, significando, pois, que esse grupo não tem significância estatística, o que não nos impede de levá-lo em consideração na análise, já que “a prática de não apresentar resultados negativos tem um efeito negativo sobre a ciência (...) pode indicar que ninguém jamais pensou em investigar tal assunto, ou que sim, alguém investigou e teve resultados sem significância” (GUY & ZILLES, 2007, p. 214-215).

De um modo geral, o valor de obrigação instaurado pelas variantes recaiu mais sobre a instituição (s), com 41,3% das ocorrências totais, o que era esperado. Em 37,4% das ocorrências, a obrigação recaiu sobre o indivíduo, e em 21,3%, tivemos um alvo não-especificado.

Em PE, no que tange a relação entre o valor aplicado e o alvo, temos o seguinte:

Alvo	Aplicação/ total	Porcentagem
Indivíduo	75/88	85%

## Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

Instituição	75/97	77%
Não-especificado	40/50	80%

Tabela 3: “Ter que/ter de” versus “dever” em relação ao alvo deôntico

Como podemos verificar no PE, quando a obrigação é instaurada, a expressão “ter que/ter de” é mais usada independente dos tipos de alvo em detrimento do “dever”. Talvez, isso ocorra porque essa expressão possui um matiz mais forte do que o auxiliar, como sugere Almeida (1988).

Tendo em vista essa preferência no uso da expressão, parece-nos pertinente observar qual o alvo preferido para a instauração da obrigação nesse caso. É o que vemos no gráfico a seguir:

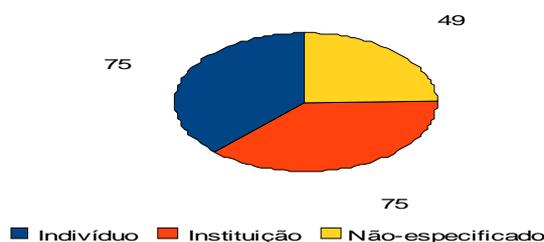


Gráfico 2: Tipo de alvo em relação ao valor de aplicação (ter que/ter de)

Dentre as 190 ocorrências da expressão “ter que/ter de”, apenas 24% recaem sobre um alvo não-especificado. Chamou-nos a atenção o fato de que as obrigações recaíram igualmente (38%) sobre os outros dois tipos, pois o falante parece delegar iguais deveres aos indivíduos e às instituições, o que nos parece cabível já que as instituições são formadas pelos indivíduos que a compõem, como podemos verificar no exemplo abaixo:

[10] o turismo, eh, eu estava a falar aqui do vale, **tenho que** respeitar também outras zonas, porque arruda, embora um concelho... bastante pequeno, oitenta mil quilómetros, mais ou menos mas, eh, tem outras características, outras zonas também, a freguesia de arranhó, das cardosas, temos aí uma panorâmica extraordinária também, santiago dos

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

velhos, quer dizer, o concelho todo ele tem muita beleza, mesmo muita muita muita, de forma que isso é um dos assuntos que o turismo **tem que** aproveitar, **tem que** se lançar n... e porque está... fica ao pé de lisboa quando a... a desejada a-dez vi... vier aqui, está a ver são minutos para chegar a lisboa, não é, de forma que as pessoas podem ter o... o pr ... (Feira Franca/Rádio/Cultura)

Em [10], o falante instaura primeiramente uma obrigação para ele mesmo e, em seguida, indiretamente sobre a instituição, uma vez que o sujeito (turismo) de “tem que aproveitar” não possui, à primeira vista, o traço [+ animado, + controle], mas, ao obsevarmos o contexto, percebemos que o flante se refere aos setores envolvidos com a atividade de turismo, o que nos fez pensar em uma instituição.

Desse modo, talvez seja possível dizer que, assim como as instituições têm de cumprir seus deveres (internos ou externos), os indivíduos também o devem fazer, a fim de que possam cobrar ações daqueles.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A modalidade deôntica constitui um domínio semântico-discursivo, que pode ser expresso por uma variedade de meios: morfológicos, lexicais, sintáticos ou prosódicos, não mutuamente exclusivos.

Esses meios de expressão da modalidade podem instaurar diversas nuances (valores), como obrigação, permissão e proibição. Dentre esses valores, focalizamos o valor de obrigação expresso ela variantes “ter que/ter de” e “dever”, de modo a descrever e analisar os fatores que condicionam essa variação no corpus Redip.

Para isso, estabelecemos quatro grupos de fatores: meio de difusão, tema do texto,

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

tempo verba e alvo. Após a rodagem do pacote computacional Varbrul, percebemos que dois deles não foram relevantes estatisticamente: o meio de difusão e o alvo deôntico.

Para o grupo “tema”, destacou-se como mais relevante os assuntos relacionados à atualidade. No que diz respeito ao tempo verbal, verificamos que o amálgama (pretérito perfeito e imperfeito) são os mais favorecem a variante da aplicação (t).

Finalmente, tendo em vista aspectos de ordem pragmática, estabelecemos uma escala de favorecimento para ocorrência da variante da aplicação em relação ao tema e um esquema de entrecruzamento do tempo verbal e do efeito de mitigação e asseveração do valor de obrigação em português europeu.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. de. **A categoria modalidade**. Ponta Grossa: Uniletras, 1988.

DALL’AGLIO-HATTNER, M. M.. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor**. 1995. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LEITE, A. M. P. C.. **A modalização deôntica no discurso jurídico**. 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

LYONS, J.. **Semantics**. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MESQUITA, E. M. DE C.. **A modalidade deôntica: um estudo na língua escrita contemporânea do Brasil**. 1999. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

NEVES, M. H. M.. A modalidade. In: KOCH, I.G.V. (org.). **Gramática do português falado**. Vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP - FAPESP, 1996, p. 163-199.

## *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*

(Eds.) M<sup>a</sup> João Marçalo & M<sup>a</sup> Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M<sup>a</sup> do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva © Copyright 2010 by Universidade de Évora ISBN: 978-972-99292-4-3

SLG 33 – Gramática e construção discursiva: estudos da Língua Portuguesa e uso.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECAL. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PESSOA, N.P. **Modalidade deontica e persuasão no discurso publicitário**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza.

RAMILO, M. C; FREITAS, T. A linguística e a linguagem dos média em Portugal: descrição do projecto REDIP. Disponível em: <<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-redip-redip.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2008.

SILVA-CORVALÁN, C. Contextual conditions for the interpretations of ‘poder’ and ‘deber’ in Spanish. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Org.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 67-105.

WEIREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad.: BAGNO, M. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.